



Waldemir Rodrigues

RECONHECIMENTO Conforme Azeredo, motorista correto merece tratamento diferenciado

Azeredo propõe bônus para o bom motorista

Projeto de Eduardo Azeredo cria bônus de 12 pontos para motorista que passar três anos sem cometer infração de trânsito. O bônus abateria futura pontuação por infrações leves.

Página 2

Serys cobra recuperação de rodovias

Ao defender a recuperação das estradas federais com recursos da Cide, Serys Shessarenko cita estudo que mostra impacto favorável dessa iniciativa na geração de empregos.

Página 7

Alberto Silva negocia adoção do biodiesel

Senador reuniu-se com o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para tratar do projeto de óleo diesel feito a partir do óleo de mamona. Usina está sendo instalada no Piauí.

Página 6



Gerardo Magela

CPI DO BANESTADO

Remessas ilegais podem envolver até 200 nomes

Procuradores da República se queixam de falta de apoio institucional e informam a parlamentares que devem estar concluídas em 40 dias as investigações sobre transações irregulares via contas CC-5 em Foz do Iguaçu



Célio Azeredo

AVANÇO Nova força-tarefa vai apurar a evasão de divisas, anunciam procuradores na reunião presidida por Antero Paes de Barros

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima afirmou que as autorizações especiais dadas pelo Banco Central a cinco agências bancárias

incrementaram a evasão de divisas a partir de Foz do Iguaçu e "abriram um esquema criminoso que até hoje não foi fechado". Os

procuradores que depuseram ontem apontaram falta de apoio institucional para as forças-tarefas encarregadas das investigações.

Páginas 4 e 5

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, buscará envolver o Congresso na luta para aumentar a presença dos negros nas universidades, no serviço público e nas empresas privadas. Ele fez o anúncio ao receber grupo de ativistas norte-americanos.

Página 6

Senadores lamentam morte de ator

O senador João Batista Motta (PPS-ES) lamentou ontem em Plenário o falecimento do comediante da Rede Globo Rogério Cardoso, famoso por interpretar os personagens Rolando Lero, no programa *Escolinha do Professor Raimundo*; Seu Flor, no seriado *A Grande Família*; e Epitáfio, no programa *Zorra Total*, em que contracenava com a atriz Nair Bello. O comediante, de 66 anos, morreu no Rio de Janeiro após um infarto e será enterrado hoje na cidade paulista de Mococa, sua terra natal.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também registrou voto de pesar pela morte do ator. "Rogério Cardoso era um comediante de grande atuação, sagacidade e alegria", comentou Azeredo, assinalando ainda a militância do ator no campo político, o que lhe valeu um mandato de vereador pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

No exercício da Presidência da Casa, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também lamentou a morte de Rogério Cardoso.



Divulgação

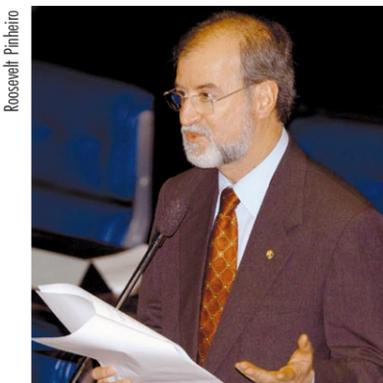
Rogério Cardoso ficou conhecido pelos seus personagens engraçados

Azeredo propõe estímulo a condutor sem infração

Projeto do senador institui bônus correspondente a 12 pontos para o bom motorista

Passados seis anos de vigência do Código de Trânsito Brasileiro, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) decidiu elaborar projeto de lei estabelecendo a concessão de bônus para o condutor que não tenha cometido infração por três anos consecutivos. A bonificação corresponderia a 12 pontos, que seriam abatidos de pontuação futura decorrente de infrações de natureza leve.

– Acreditamos que, sendo o benefício aplicável apenas a indivíduos que durante longo tempo não cometeram sequer faltas leves, a implantação da medida não implicaria qualquer consequência perniciosa para o tráfego – afirmou duran-



Roosevelt Pinheiro

PRÊMIO Azeredo diz que benefício valeria para quem não cometeu qualquer falta no trânsito

te apresentação, em Plenário, do Projeto de Lei nº 300/2003.

De acordo com a proposta, o motorista que tiver direito ao bônus será notificado sobre o benefício, independentemente de solicitação formal ao órgão de trânsito. A medida não se aplicaria aos condutores que estejam respondendo a inquérito policial ou ação judicial por delito de trânsito.

Azeredo reconhece ganhos inquestionáveis para a segurança no trânsito propiciados pelo código, como a redução no número de acidentes nas estradas. Mas, como contrapartida ao tratamento rigoroso imposto aos infratores pelo código, considera adequada a instituição de mecanismos de estímulo ao cumprimento das regras de trânsito.

– Além de expressar reconhecimento pelo bom desempenho do condutor no trânsito, o projeto confere-lhe tratamento diferenciado, o que, em última análise, constitui um incentivo à continuação de seu padrão exemplar de comportamento – justifica.

Cronistas

No mesmo pronunciamento, Azeredo homenageou a Associação Mineira de Cronistas Esportivos, entidade que completa 64 anos de existência e participou da campanha pela construção do estádio Mineirão.



José Cruz

CONSTERNAÇÃO Marco Maciel expressou pesar pela morte de seis conterrâneos seus

Maciel registra falecimento de pernambucanos

O senador Marco Maciel (PFL-PE) expressou ontem em Plenário pesar pelo falecimento de seis pernambucanos que se destacaram nos meios político, intelectual, empresarial e médico. Trata-se de pessoas a quem o parlamentar sempre esteve muito ligado e que continuam, conforme declarou, a inspirar sua conduta, pois "suas vidas servem de exemplo".

Maciel comentou, inicialmente, a morte do ex-deputado federal e escritor Luiz de Magalhães Melo, que faleceu quarta-feira, aos 84 anos.

– Era uma figura exemplar, de grande espírito público e atuação nos campos político e cultural de Pernambuco – afirmou, destacando sua participação na Academia Pernambucana de Letras, entidade que presidiu por dez anos, e na criação da Universidade Federal de Pernambuco.

Em seguida, foi lembrado o falecimento de Ana de Moraes Andrade, aos 97 anos, a primeira prefeita de Pernambuco.

– Dona Anita, como era conhecida, tinha a política no sangue e defendia a presença da mulher no cenário político.

Outra grande perda para a política pernambucana, segundo assinalou Maciel, foi a morte do ex-deputado estadual João Ferreira Lima Filho, aos 78 anos, "um cidadão retilíneo e de verticalidade de gestos".

O senador lamentou ainda a morte, aos 84 anos, do médico Fernando Figueira, fundador do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, e do cardiologista Ovidio Montenegro, aos 86 anos, o primeiro especialista da área no estado.

Marco Maciel também registrou a morte do engenheiro Roberto Caldas Pereira de Carvalho, aos 70 anos, que se destacou na construção civil e nos meios católico e comunitário.

Agenda

Plenário inicia atividades às 9h

A sessão de hoje do Plenário tem início às 9h para comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares, não havendo votação de matérias. O leitor pode acompanhar toda a sessão ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.



CPI do Banestado deve ouvir delegado e procurador

A CPI do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ouvirá na

próxima semana José Francisco Castilho Neto, delegado da Polícia Federal, e Luiz Francisco

de Souza, procurador da República. Neto falará na terça-feira e Luiz Francisco, na quarta.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ALERTA João Batista Motta afirma que pequenas cidades estão insolventes

Motta quer mais recursos para municípios

João Batista Motta (PPS-ES) defendeu ontem o aumento do percentual de 25% para 50% dos recursos arrecadados pelos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) obrigatoriamente destinados aos municípios. Ele chamou a atenção dos demais senadores para a proposta de reforma tributária que está tramitando na Câmara dos Deputados e a intenção manifestada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de desconstitucionalizar essa participação dos municípios na arrecadação do ICMS.

– O ministro Palocci quer que a parte dos municípios seja regulamentada por lei complementar – afirmou.

Motta alertou para a queda na arrecadação dos municípios, que estaria levando as cidades pequenas a estado de insolvência, e lembrou também que as realidades são diferentes entre os estados.

– Essa desconstitucionalização seria uma tragédia para os municípios pobres – frisou.

Para o senador, só há uma solução: preservar os direitos constitucionais dos municípios, aumentar o percentual do ICMS de 25% para 50% e deixar para as assembleias legislativas a responsabilidade de definir critérios para a distribuição dos recursos entre os municípios.

“Governadores começaram a avançar o sinal”, diz Paim

■ Exigências dos estados para aprovar as reformas propostas por Lula preocupam senador

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), disse ontem em Plenário que está preocupado com as exigências que os governadores vêm fazendo para aprovar as reformas do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lembrou que eles haviam concordado com as reformas e agora “passaram para o outro lado do balcão”.

– Os governadores começaram a avançar o sinal. Eles estão querendo dinheiro da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] e da Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] e ainda a desvinculação de 20% das receitas estadu-



CRÍTICAS Paulo Paim condena também montadoras por “chantagem com o governo”

aís, o que afetará as áreas de saúde e educação. Discordo da posição dos governadores e eles não devem se esquecer de que não votam no Congresso – ressaltou.

Paim condenou ainda as montadoras de automóveis pela “chantagem que vêm fazendo com o governo”, ameaçando demitir metalúrgicos se

o governo não encontrar uma forma de aumentar suas vendas, inclusive pela redução de impostos.

– Esse é um terreno perigoso, e a atitude das montadoras me preocupa muito. Elas estão aumentando o clima de inquietude vivido pela família trabalhadora e, agindo assim, não contribuem em nada para melhorar o desempenho da economia – ponderou.

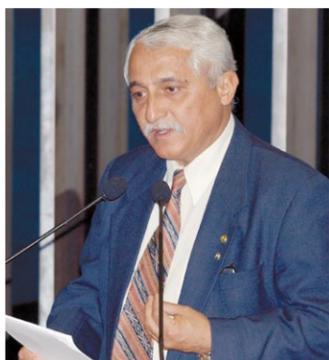
O Plenário foi comunicado pelo senador gaúcho de que cerca de mil funcionários públicos estavam “debatendo idéias” de forma democrática e civilizada no Auditório Petrólio Portela, do Senado, sobre a reforma da Previdência.

– É isso que tem de ser feito. Eles não podem ser empurrados para fora do Congresso. Lamento os incidentes dessa quarta-feira na Câmara, quando policiais militares entraram no prédio do Congresso.

Augusto Botelho está “indignado” com pedido de cortes em saúde e educação

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) manifestou sua “indignação arrebatadora” com os pedidos dos governadores ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que possam desvincular 20% de suas receitas, o que significará cortes em saúde e educação. Para ele, a destinação de verbas garantidas para saúde e educação foi um dos maiores avanços sociais já aprovados pelo Congresso brasileiro, e mudar isso será um retrocesso.

Pela Constituição, a União tem de aumentar todo ano, em percentual idêntico ao do crescimento do país, seus gastos com saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Os



PROGRESSO Segundo Augusto Botelho, gastos mínimos com saúde geram bons resultados

estados têm de destinar à área 12% de suas receitas líquidas, enquanto o percentual dos municípios é de 15% de suas

receitas totais. Apesar da determinação constitucional, 17 governadores não vêm cumprindo o gasto mínimo e hoje devem cerca de R\$ 1 bilhão ao SUS. Augusto Botelho espera que o Ministério Público e os Tribunais de Contas estaduais recuperem essas aplicações.

– Parece inacreditável, mas em 2001 havia estados comprometendo apenas 2% ou 3% do orçamento com saúde.

O SUS e os gastos mínimos com saúde apresentaram resultados importantes nos últimos anos, levando a uma redução da mortalidade infantil e ao aumento da expectativa de vida, conforme destacou o senador Augusto Botelho.



DISCRIMINAÇÃO Pavan divulga informação de que só prefeitos petistas recebem repasses

Pavan aponta drama de prefeituras

Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou o governo para a situação de desespero por que passam os prefeitos das cidades brasileiras, seus vereadores e suas comunidades, pela falta de repasse das verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Muitos prefeitos poderão descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal porque o governo, o presidente da República, não está preocupado com a situação dramática por que passam – disse.

De acordo com Pavan, as prefeituras poderão demitir em massa, para cumprir a exigência de que apenas 54% do Orçamento sejam aplicados no pagamento da folha salarial do funcionalismo municipal.

– Obras prometidas e projetadas no Orçamento deste ano não estão sendo feitas. Promessas de campanha estão sendo descumpridas, tudo porque o governo federal não cumpre o dever constitucional de repassar as verbas do FPM – acusou o senador.

Pavan apresentou um documento da Associação dos Municípios do Centro-Oeste Paulista (Amcop), que aponta discriminação na distribuição das verbas do FPM – só os municípios que têm prefeitos petistas estariam recebendo os repasses.



MUTIRÃO Mão Santa propõe esforço nacional para criação de empregos

Mão Santa defende redutor para os altos salários

A criação de um redutor para os altos salários do funcionalismo público, inclusive dos aposentados, foi sugerida ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que também defendeu um mutirão nacional para criação de empregos.

– Teto de R\$ 17 mil, isso é um pecado. Temos de criar um redutor para cortar esses vergonhosos salários – afirmou.

Citando reportagem do jornal *Gazeta Mercantil*, sobre pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que aponta o índice de

13% de desemprego como o principal problema do país, Mão Santa disse que o número 13 da esperança agora simboliza a decepção do povo.

O senador assinalou que o desemprego gerou a queda da renda, aumentou o trabalho infantil e está fazendo os apo-

sentados voltarem à luta para garantir a renda familiar. Ele ainda apontou a violência como uma consequência do desemprego.

O pronunciamento de Mão Santa recebeu apartes de Paulo Paim (PT-RS) e Augusto Botelho (PDT-RR).

CPI DO BANESTADO

Procuradores dizem à comissão que autorizações especiais dadas pelo Banco Central eram ilegais e apontam outros bancos supostamente envolvidos



Fotos: Célio Azevedo

INVESTIGAÇÃO CPI do Banestado, presidida por Antero Paes de Barros, ouve procuradores que apuram irregularidades nas movimentações em contas CC-5 no Paraná

Ato do BC abriu esquema ilegal, diz procurador

Integrantes da força-tarefa que apura evasão de divisas vêem responsabilidade do Banco Central

O procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, da força-tarefa que investiga irregularidades nas movimentações em contas CC-5 no Paraná, declarou ontem que as autorizações especiais dadas

pelo Banco Central (BC) a cinco agências bancárias incrementaram a evasão de divisas a partir de Foz do Iguaçu (PR) e "abriram um esquema criminoso que até hoje não foi fechado". Santos Lima foi um dos convidados da reunião de ontem da CPI do Banestado e fez a afirmação em resposta a questionamento do relator, deputado José Mentor (PT-SP).

Em seguida à indagação do senador Jefferson Péres (PDT-AM), outro procurador, Rodrigo Ramos da Silva, questionou

a liberdade do BC de interpretar a lei e baixar normas como as que permitiram o fluxo de capitais observado em Foz do Iguaçu. "Não tenho a menor dúvida de que as autorizações especiais foram uma ilegalidade, tanto que levaram à aplicação de multa pelo Tribunal de Contas da União", salientou.

Na opinião de Santos Lima, o BC poderia ter colaborado com as investigações informando as razões que levaram às autorizações e por que um banco pequeno e com pouco tempo de

operação, como o Araucária, recebeu autorização especial. Segundo Santos Lima, o Araucária foi, juntamente com o Banestado, o grande responsável pelo trânsito de divisas, inclusive de maneira fraudulenta, para o exterior. Além disso, para o procurador, o BC demorou a oferecer informações, impondo restrições com base em normas internas e no sigilo bancário.

Ramos da Silva acrescentou que, apesar de a legislação sobre as contas CC-5 ser mais

permissiva antes da Carta Circular 2.677, de abril de 1996, na prática, as condições para remessa de divisas continuaram as mesmas. Antes, explicou, qualquer casa de câmbio do Paraguai poderia se credenciar como instituição financeira e abrir uma conta CC-5 em banco brasileiro. Porém, depois de 1996, informou, as casas de câmbio que não poderiam mais abrir contas CC-5 foram "magicamente" elevadas no seu país ao *status* de instituição financeira.

Nova força-tarefa vai investigar as transações feitas pelo Banco do Brasil

Uma nova força-tarefa será organizada pela Procuradoria Geral da República para apurar a evasão de divisas não só pela agência do Banestado em Nova York, mas também por meio de agências do Banco do Brasil no exterior e pelos depósitos realizados a partir de Foz do Iguaçu (PR) no Swiss Bank, que recebeu quase metade dos valores remetidos da cidade paranaense. A informação foi transmitida aos integrantes da CPI do Banestado pelo procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, um dos quatro integrantes da atual força-tarefa do Ministério Público da União.

Em seu depoimento à CPI, o procurador Rodrigo Ramos da Silva procurou demonstrar a responsabilidade do Banco Central (BC) no caso de Foz do Iguaçu. "O BC tem seu papel na tragédia vivenciada em Foz a pretexto de evitar o crescimen-



PARTICIPAÇÃO Para Rodrigo Ramos da Silva, "o BC tem seu papel na tragédia em Foz"

to do ágio nas operações de dólar no mercado paralelo", afirmou.

Na avaliação do procurador, o BC produziu uma releitura de legislações sobre procedimentos de remessas de valores, abrindo espaço para uma eva-

são como nunca se havia registrado antes de 1992, quando as normas foram alteradas. "Por conta de um hermetismo e de um linguajar econômico, abriu-se demais o veículo de saída das divisas, sem que o Congresso Nacional tomasse conhecimento disso", ressaltou.

Documentos

Carlos Fernando dos Santos Lima disse à CPI que alguns integrantes da atual força-tarefa devem viajar a Nova York para ter acesso a novos documentos liberados pela Justiça norte-americana sobre contas na agência do Banestado. Ele salientou que o Banco Itaú, que adquiriu o Banestado num processo de privatização, em 2000, está facilitando o trabalho da força-tarefa, abrindo todas as informações solicitadas pelas autoridades brasileiras sobre as movimentações irregulares na agência em Nova York.

Evasão de divisas continua e está cada vez mais sofisticada

Em depoimento à CPI do Banestado, ontem, o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima revelou que o Banco Rural também era utilizado pelo esquema montado em Foz do Iguaçu (PR) para a evasão de divisas por meio de contas de não-residentes, chamadas de CC-5.

Embora não tivesse autorização especial do Banco Central para operar com as transportadoras de valores, disse o procurador, o Rural entrou no "esquema criminoso" quando começou a abrigar contas de "laranjas". "O Banco Rural não esteve envolvido enquanto o esquema foi apenas do trânsito de valores por carros-fortes", esclareceu.

Santos Lima afirmou que a estrutura inicial para evadir divisas por meio de carros-fortes que transitavam com os

reais pela Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, era "relativamente simples" e envolvia cassinos, casas de câmbio e bancos com agências na região. Segundo o procurador, havia ramificações inexpressivas para outros pontos do país, como Belo Horizonte, mas a operação estava concentrada na fronteira.

Com o início das investigações pelo Ministério Público da União, em abril de 1997, e o pedido de fiscalização sobre os valores transportados por carros-fortes, apontou o procurador, o esquema foi se sofisticando. Ele contou que o trânsito de valores em espécie diminuiu e o "esquema começou a se valer dos laranjas nas operações com as CC-5". Hoje, acrescentou, as operações são ainda mais sofisticadas e já foram detectadas em Blumenau (SC) e Curitiba (PR).

CPI DO BANESTADO

Comissão parlamentar de inquérito ouve procuradores sobre as diligências realizadas e as dificuldades que enfrentam para apurar a evasão de divisas

Denúncias podem envolver até 200 nomes

Segundo o procurador Santos Lima, o relatório com resultado das investigações estará pronto em 40 dias

Deve estar concluído em 40 dias o relatório com os resultados das investigações da força-tarefa, composta por representantes do Ministério Público da União (MPU), Receita Federal e

Polícia Federal, que apura as transações irregulares via contas CC-5 em Foz do Iguaçu (PR), segundo informou ontem o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima em audiência pública à CPI do Banestado.

– Encerraremos essa primeira parte dos trabalhos formando de 18 a 20 denúncias, envolvendo entre 100 e 200 nomes – afirmou.

O procurador apresentou aos integrantes da CPI síntese dos seis anos de investigações do

MPU em Foz do Iguaçu, iniciadas em abril de 1997. À época, disse, foram abertos 300 inquéritos policiais relativos a contas de cada um dos “laranjas”. Essa sistemática foi alterada. A denúncia deixou de ser individual, e passou a identificar os esquemas envolvendo diversos nomes.

As operações referentes às movimentações pela agência do Banestado em Nova York foram agrupadas no Inquérito nº 207 e a evasão de valores pelos

carros-fortes que transitavam pela Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, no Inquérito nº 263.

Segundo Santos Lima, a força-tarefa identificou o equivalente a US\$ 15 bilhões que teriam saído por intermédio de carros-fortes e outros US\$ 5 bilhões pelo esquema das contas de “laranjas”. O valor total de remessas irregulares, disse, seria ainda maior, chegando a US\$ 24 bilhões.

Santos Lima informou que, de acordo com diligência realizada pela força-tarefa em Nova York nas 137 contas de brasileiros, de empresas *offshore* – empresas geralmente constituídas em paraísos fiscais – e de “laranjas”, foram movimentados de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões, valor que pode ter chegado a US\$ 14 bilhões. Nesse cálculo, precisam ser depuradas movimentações entre essas contas, que podem estar sendo consideradas duas vezes.



Fotos: Celso Azevedo

AUXÍLIO A CPI pode oferecer apoio aos procuradores para obtenção da quebra de sigilo bancário de pessoas acusadas de envolvimento no envio ilegal de dólares ao exterior

Procuradores reclamam da falta de apoio institucional às investigações

Os procuradores da República que depuseram ontem na CPI do Banestado reclamaram da falta de apoio institucional para as operações das forças-tarefas encarregadas de investigar denúncias como a de evasão de divisas via contas CC-5. Falta de regulamentação, carência de pessoal no Ministério Público da União, rodízio de procuradores e delegados da Polícia Federal envolvidos nas diligências e limitações tecnológicas estão entre os entraves às investigações, afirmaram.

Segundo o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, a constituição de força-tarefa para investigar as contas CC-5 em Foz do Iguaçu (PR) foi solicitada ao então procurador-geral da República Geraldo Brindeiro devido à preocupação de que prescrevessem os delitos cometidos. Mas o pedido não foi atendido.

Sem apoio do comando do Ministério Público, porém, dis-

se Santos Lima, o trabalho da força-tarefa é praticamente voluntário, já que os procuradores acumulam essas investigações com suas responsabilidades ordinárias. De acordo com o procurador Robson Martins, não há normas especiais para o funcionamento de forças-tarefas em casos como a investigação das contas CC-5.

O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), ofereceu aos procuradores a atenção da CPI no sentido de aperfeiçoar a legislação para dar maior apoio ao trabalho dos procuradores em forças-tarefas. O deputado Moroni Torgan (PFL-CE) anunciou que já está em tramitação proposta que regulamentará o trabalho de forças-tarefas no combate ao crime organizado.

Santos Lima reclamou de necessidade de atualização tecnológica para manipulação de informações de bancos de dados, que estaria sendo resolvi-

da com a compra de novo *software*. Ele também lamentou que há dificuldades para obter informações protegidas pelo sigilo bancário, apesar de o Judiciário colaborar com o Ministério Público. Torgan ofereceu o apoio da CPI para a obtenção de quebras de sigilo.

Reunião secreta

A segunda parte da reunião da CPI foi secreta. O presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), tomou a decisão para que os procuradores pudessem revelar nomes de supostos envolvidos no esquema de evasão.

O procurador Santos Lima destacou que a força-tarefa que investiga o assunto sempre atuou com discrição. Por isso, observou, não foi possível responder ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) se havia nomes “glamourosos” entre os beneficiários das 137 contas do Banestado em Nova Iorque que foram investigadas.

Para Simon, mecanismo do BC criou o “banco-laranja”

Durante a audiência da CPI do Banestado com o ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco, terça-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou os mecanismos de fiscalização da instituição diante do caso. Para ele, ao permitir que bancos enviassem, por meio de contas CC-5, dinheiro para o exterior sem identificação do correntista, o ex-presidente do Banco Central criou um “banco-laranja”. A manobra, segundo Simon, possibilitou o envio ilegal de um montante de US\$ 30 bilhões a US\$ 80 bilhões de dólares ao exterior.

O senador afirmou que o Banestado atuou como “testa-de-ferro ou laranja” ao permitir a transferência de dinheiro de sua agência em Ciudad del Este, no Paraguai, para a filial em Foz do Iguaçu, de onde o dinheiro era posteriormente enviado ao exterior, sem a identificação da sua ori-



AVALIAÇÃO Pedro Simon considera que fiscalização do Banco Central foi falha

gem ou do dono da conta.

Gustavo Franco respondeu que não houve fraude no procedimento do BC. Segundo ele, não foram utilizados os padrões adotados em outros países porque a situação da cidade paraguaia era específica, em função do intenso comércio com brasileiros. Ele explicou que os comerciantes precisam repatriar os reais recebidos sem sofrerem com o ágio cobrado nas negociações cotadas em dólar.



NEGOCIAÇÃO Alberto Silva (D) explica as vantagens do projeto ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral (E)

Alberto Silva: biodiesel pode garantir renda aos sem-terra

Durante encontro com o senador Alberto Silva (PMDB-PI), no restaurante da Câmara dos Deputados, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, conheceu ontem detalhes do Projeto Biodiesel, uma usina-piloto de combustível derivado do óleo de mamona, que está sendo instalada no Piauí. A plantação de mamona destinada a produzir óleo diesel é a solução para o problema dos sem-terra em todo o país, pois propicia a criação de uma nova estrutura agrícola na qual proprietários e lavradores serão beneficiados.

O senador é autor e coordenador desse projeto, criado quando ele assumiu a presidência da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), que o desenvolveu juntamente com a Universidade Federal do Ceará. O biodiesel, que também conta com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), será desenvolvido em todo o Nordeste depois de comprovada sua eficiência no Piauí, disse o senador.

Alberto Silva informou que o projeto foi motivado pela escassez de combustível.

José Jorge insiste em usina nuclear para impedir "apagão"

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a conclusão da Usina Nuclear Angra III, no litoral do Rio de Janeiro. Ele informou que já foram adquiridos os equipamentos, no valor de US\$ 700 milhões, e para completar a usina são necessários mais US\$ 1,8 bilhão. O parlamentar disse que US\$ 400 milhões retornariam ao Tesouro em forma de impostos, e apenas 30% dos recursos seriam utilizados em importações.

Na opinião do ex-ministro de Minas e Energia, o "apagão" de



José Jorge lembra que país possui reservas de urânio

2001 deixou lições e a principal delas é a necessidade de o Brasil diversificar sua matriz energética, recorrendo a fontes alternativas e diminuindo a dependência da hidreletricidade.

Ele mencionou vantagens que o Brasil tem para investir nessa forma de energia, entre elas a de haver identificado quantidade de urânio que corresponde à sexta reserva mundial e a de possuir a tecnologia de fabricação do combustível nuclear.

Paim: Congresso precisa apoiar políticas afirmativas

Senador recebeu ontem grupo norte-americano de defesa dos direitos dos afro-descendentes

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, anunciou que se esforçará para que o Congresso se engaje num amplo grupo de apoio a políticas afirmativas que aumentem a presença dos negros nas universidades, serviço público e empresas privadas. Ao receber representantes do Grupo de Afinidades sobre Ações Afirmativas, formado por advogados e ativistas norte-americanos, Paim disse que a implementação de políticas de igualdade racial no Brasil deve contar com a ajuda de pessoas, instituições ou empresas que se manifestam favoravelmente à causa nos tribunais.

Em abril, a pedido dos advogados que defendem estudan-

tes negros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que implantou o sistema de cotas, Paim entregou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio parecer da Consultoria Jurídica do Senado que considera constitucional a política de cotas.

– Estamos 50 anos atrás dos Estados Unidos, mas temos avançado muito – disse Paim, lembrando a aprovação no Senado do projeto do presidente da Casa, José Sarney, estabelecendo cotas para negros em universidades.

O senador também citou como fatos positivos a nomeação pelo presidente Lula de um negro para o STF e de cinco ministros negros para o Executivo, além do aumento dos representantes da comunidade negra no Congresso.

A diretora-executiva do Grupo Internacional de Advogados pelos Direitos Humanos, Gay McDougall, lembrou que os Estados Unidos não têm sequer um senador negro. Para a advo-

gada, a educação é um fator essencial para obtenção da igualdade. O advogado John Payton disse que sem uma ampla base de apoio é difícil obter sucesso com causas relativas à políticas de igualdade racial.

Também estiveram no encontro o advogado Humberto Adami Santos Jr. e a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Frente

O senador Paulo Paim participou ontem de café da manhã, no Salão Negro do Congresso Nacional, para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, integrada por 25 parlamentares. Ele disse que o movimento "vai ser fundamental para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial".

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF), que também representou o Senado no lançamento, disse que a constituição da frente é "um sinal de maturidade".

Gestão de águas estará ameaçada se agência for extinta, alerta Teotonio

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) disse estar apreensivo quanto ao futuro da gestão de recursos hídricos do país no atual governo. Ele advertiu que os avanços obtidos pelo setor na última década estariam ameaçados pela disposição da Casa Civil da Presidência da República de extinguir a Agência Nacional de Águas (ANA), que seria substituída por uma autarquia.

Antes mesmo de decretar a extinção do órgão, o governo Lula já estaria impondo a morte da agência por "asfixia orçamentária", disse. No ano passa-

do, afirmou, o pagamento efetuado pelo setor elétrico referente ao uso da água foi de R\$ 59 milhões, mas o total recebido pela ANA não passou de R\$ 26 milhões, menos da metade.

Teotonio Vilela adiantou ainda que alguns projetos da agência sofreram contingenciamento de mais de 90% dos seus recursos.

– Está na hora de o Congresso buscar o aperfeiçoamento



Teotonio: governo está impondo a morte do órgão

do modelo aprovado aqui mesmo nesta Casa – cobrou.

Na opinião do senador, é preciso criar mecanismos que assegurem a aplicação das verbas provenientes das contribuições dos usuários nas bacias hidrográficas onde são arrecadadas. Reivindicou ainda "um basta" ao contingenciamento orçamentário, que teria o objetivo de paralisar a estrutura pública, no caso a ANA, antes do seu desmonte.

Aelton Freitas defende limitação da propaganda de cerveja na TV

O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que dará total apoio a qualquer projeto que limite a propaganda no rádio e na televisão de bebidas de baixo teor alcoólico. A atual legislação só restringe a publicidade das bebidas com mais de 13 graus GL, o que exclui as cervejas e as chamadas *ice* – espécie de coquetel pronto à base de uma bebida forte, como vodca e cachaça.

Aelton citou dados indicando que o custo do sistema brasileiro de saúde com alcoólatras é muito mais alto que a arrecadação de impostos cobrados sobre bebidas. Ele sugeriu que, enquanto o Congresso não vota uma nova legislação sobre propaganda do produto, o governo lance campanha educativa para esclarecer as consequências do álcool sobre o "organismo, a mente e a dig-

nidade humana".

– No Brasil, o poder público tem sido vacilante nessa área. É estranho constatar que algumas autoridades brasileiras insistam em estimular o consumo de bebida alcoólica.

O senador observou que países com legislação mais severa consideram como alcoólica toda bebida com mais de 0,5 grau GL. Aelton Freitas destacou o personagem da

atriz Vera Holtz que, na novela *Mulheres Apaixonadas*, retrata a realidade dos viciados em álcool.

Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o brasileiro se esquece que o álcool é uma droga quando se trata de bebidas mais leves. Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que "a publicidade incentive irresponsavelmente" os jovens rumo às bebidas.



Roosevelt Pinheiro

Eduardo lamenta cancelamento de obras federais

Ao anunciar que os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e do Planejamento, Guido Mantega, estarão hoje em Palmas (TO) para discutir o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou a publicação, no *Diário Oficial da União*, de diversos cancelamentos de obras. Ele citou a paralisação da construção da

eclusa de Lajeado; de 10% da obra de construção de uma ponte sobre o Rio Tocantins; e de boa parte das obras de recuperação da rodovia Araguaia-Tocantins, a BR-235.

A eclusa, disse o senador, é fundamental para o estado e para a economia da região, "porque representa a redenção da produção de soja no Tocantins, que hoje só pode chegar aos portos, no litoral, por

meio de caminhão". A eclusa permitiria o transporte fluvial da soja e redução de US\$ 30 em cada saca produzida no estado, segundo o senador.

Em relação a algumas rodovias com obras de recuperação canceladas, Eduardo Siqueira Campos afirmou que não há mais buracos a serem tapados.

– Há, isso sim, uma nova rodovia

a ser construída, tal é o tamanho do estrago – explicou.

O senador repetiu informações da revista *Exame*, que apresentou em pronunciamento feito na quarta-feira, mostrando que o Tocantins foi o estado que mais cresceu, com aumento de 46% na massa salarial, de 67% no número de empregos e de 83% no número de novas empresas.



PROGRESSO Eduardo apresenta números sobre crescimento do Tocantins



VANTAGENS Segundo Jucá, estrada entre Boa Vista e Georgetown reduzirá custos

Romero Jucá defende ligação com Guiana

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao governo que coloque a conclusão e o asfaltamento da rodovia que liga Boa Vista (RR) a Georgetown, na Guiana, entre os 80 grandes projetos de infra-estrutura que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) listou para receber financiamentos, inclusive do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os projetos serão executados em parceria com a iniciativa privada, e boa parte deles receberá apoio financeiro do próprio BNDES. No caso da rodovia para o Caribe, já está pronto o trecho de Boa Vista até a divisa com a Guiana, faltando cerca de 300 quilômetros no país vizinho.

– Com essa rodovia, teremos uma saída para o Caribe, o que reduzirá os custos de exportação para os Estados Unidos. Além disso, não podemos esquecer que a Guiana tem portas abertas para a União Européia – ponderou o senador.

Jucá pediu a transcrição nos Anais do Senado de notícia da *Gazeta Mercantil* sob o título "Os projetos para a América do Sul", que fala dos 80 projetos apresentados ao presidente Lula. Se todos forem executados, exigirão R\$ 200 bilhões.

Serys: recuperação de estradas gera empregos

■ Senadora cita estudo de especialistas e defende necessidade de melhorar as rodovias brasileiras

A reconstrução imediata das estradas brasileiras foi defendida ontem pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela apresentou ao Plenário números de um estudo da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia sobre a importância, para a geração de empregos, da recuperação e da construção de rodovias.

O estudo é intitulado "A geração de empregos em trabalhos rodoviários – Como gerar e conservar meio milhão de empregos nas rodovias brasileiras durante 7/8 anos". Com base na matéria, Serys informou que na conservação de rodovias são gerados, em média, para cada 100 quilômetros, 70



Fotos: Roosevelt Pinheiro

RECURSOS Serys lembra que o governo dispõe de dinheiro da Cide para usar nas rodovias

empregos diretos e 210 indiretos, de forma permanente, a um custo médio de R\$ 10 mil por quilômetro ao ano. Na restauração das rodovias existentes, são gerados, para cada 100 quilômetros, 350 empregos diretos e 1.050 indiretos, durante três anos, a um custo médio de R\$ 300 mil por quilômetro ao ano. Na atividade de constru-

ção e pavimentação das estradas, são gerados, em média, para cada 100 quilômetros, 650 empregos diretos, 1.950 indiretos, durante três anos, ao custo médio de R\$ 800 mil por ano.

Serys voltou a apelar ao governo para que utilize parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação da malha rodoviária brasileira.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) citou a Princesa Isabel ("O principal presente que se pode dar a um povo é uma estrada"), Washington Luiz ("Governar é construir estradas") e Juscelino Kubitschek.

Bispo

Serys pediu a transcrição nos Anais do Senado de entrevista do bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, à revista *Brasília em Dia*. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também homenageou o religioso.

Pavan espera recursos para Santa Catarina e diz que faz uma oposição colaborativa

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou em Plenário, ontem, confiança na liberação de recursos pelo Executivo para obras de infra-estrutura em Santa Catarina, especialmente para a recuperação da malha rodoviária. Em reunião com a diretoria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o senador recebeu a garantia do repasse de R\$ 5 milhões para a manutenção e conservação das rodovias catarinenses.

– Esses recursos são necessários o mais rápido possível, já que a situação é realmente pre-

cária em alguns trechos e representa, além do risco iminente da perda de vidas, prejuízos econômicos e sociais – observou.

Pavan salientou que a relação amistosa que vem tendo com autoridades do governo federal indica a forma cooperativa com que ele pretende exercer a ação oposicionista.

– Estamos fazendo uma oposição colaborativa ou exercendo a crítica cooperativa em relação aos problemas nacionais e à atuação do governo federal, bem como em relação aos problemas específicos de Santa Catarina – explicou.

Refis

Em outro trecho do pronunciamento, o senador cobrou do presidente Lula resposta a requerimento de sua autoria solicitando prorrogação do prazo de cadastramento de micro e pequenas empresas no novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O senador pediu prorrogação de 120 dias no prazo, salientando que micro e pequenas empresas não estão conseguindo reunir documentos a tempo de participar do programa, principalmente em função da morosidade da Caixa Econômica Federal para liberá-los.

Acre melhora rodovias, afirma Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) revelou sua satisfação ao acompanhar o governador do Acre, Jorge Viana, e comitiva em recente viagem à região oeste do estado e constatou que a situação das estradas locais "está mudando para melhor". Embora 500 dos 700 quilômetros da BR-364, a principal rodovia do Acre, ainda não estejam pavimentados, ele disse confiar na disposição do governo de fazer a obra.

Por conta das condições ainda precárias, a rodovia só funciona cerca de 90 dias por ano, período sem chuvas na região.

– Não é preciso dizer que durante o inverno, quando a estrada fecha e isola os municípios de Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, é a temporada de sofrimento dos acreanos – comentou.

Se a reabertura da BR-364 tem significado especial para essas localidades, muito mais importante, na opinião do senador, é o empenho do governo em asfaltar alguns trechos essenciais para a integração entre os municípios. A conduta da gestão Jorge Viana no trato com as estradas, buscando realizar obras "dentro de um padrão técnico, ético, social e ambientalmente correto", foi elogiada por Mesquita Júnior.



APLAUSOS Mesquita Júnior destaca comportamento do governo do Acre

Raupp elogia projeto de preservação em Rondônia

Proposta submetida ao governo inicia novo modelo de exploração da Amazônia, afirma o parlamentar

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou, em Plenário, o caráter inovador da proposta de zoneamento econômico-ecológico de Rondônia. Ele voltou a criticar as alterações feitas no Código Florestal, por medida provisória que preserva 80% da área de florestas da Amazônia. A medida, segundo afirmou, foi "ignorada pelas autoridades do estado e pela população".

A proposta de zoneamento suspende aquela exigência e permite que toda a população instalada nas áreas de produção de alimentos tenha sua situação regularizada, explicou. Raupp disse que, em vez de



VANTAGEM Valdir Raupp diz que zoneamento vai ajudar produtores a obter crédito

cumprir a determinação da medida provisória, que ainda não foi votada pelo Congresso, Rondônia se compromete "a recuperar entre 30% e 50% da cobertura florestal em um prazo de até 30 anos, e a preservar 100% do restante do território do estado, zelando pela manutenção de 5,152 milhões hectares de floresta".

Raupp observou que, se a proposta for aceita pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cerca de 80 mil produtores rurais do estado, a maioria pequenos e médios, poderão ser legalizados e incluídos no sistema de crédito rural, que hoje é inacessível a eles.

– São R\$ 200 milhões que não estão sendo utilizados na produção, em decorrência de uma exigência legal impopular que, é bom ressaltar, não tem sido capaz de impedir novos desmatamentos – disse.

Raupp classificou a proposta de seu estado como um verdadeiro "pacto ambientalista", que irá inaugurar um novo modelo de exploração da Amazônia.

– Poderemos corrigir excessos do passado, cometidos com a conivência de autoridades federais e estaduais.



RESPONSABILIDADE Grupo quer sensibilizar o país para a importância das questões ambientais

Frente parlamentar defende ecologia

A Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais decidiu fazer uma visita, dia 8 de setembro, à Central de Tratamento e Deposição Final de Resíduo da cidade de Nova Iguaçu (RJ), por sugestão da presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Queremos visitar locais onde o desenvolvimento sus-

tentável está sendo rigorosamente observado. Se nesses lugares deu certo, por que não pode funcionar em outros locais? Nossa frente precisa conhecer e levar essas soluções para outros municípios.

Além de Nova Iguaçu, o grupo deverá visitar projetos ecológicos em Ananindeua (PA), Xapuri (AC) e Curvelo (MG). Um dos pontos mais debatidos durante a reunião foi o

aproveitamento de emendas de cunho ecológico na reforma tributária.

Serys informou que a frente objetiva sensibilizar governo e sociedade sobre a importância da questão ecológica, e para isso vai promover um concurso de redação e a gravação de programas de televisão destinados à divulgação de mensagens ambientalistas.



COOPERAÇÃO Durante reunião da Comissão do Mercosul, Pedro Simon (C) sugeriu extensão de intercâmbio à área cultural

Agricultura familiar terá seminário internacional

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul vai realizar seminário internacional sobre agricultura familiar, destinado a discutir temas como a organização da produção agropecuária de pequeno e médio portes, o planejamento de sistemas cooperativados, o financiamento bancário, o armazenamento e o transporte de mercadorias. A data e o local do seminário serão marcados em uma das próximas reuniões do colegiado.

A decisão foi tomada ontem pela comissão, ao aprovar requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Deverão ser convidados representantes dos países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e dos associados, Bolívia e Chile,

e outras nações do continente, além de países do Caribe, África e Ásia.

Ao justificar a proposta, o deputado ressaltou a importância do seminário, observando que a agricultura familiar no Brasil congrega quatro milhões de estabelecimentos agrícolas, o que corresponde a 84% dos imóveis rurais no país. De cada dez trabalhadores no campo, ressaltou, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares rurais.

Também foram aprovados cinco acordos, entre eles o que permite o estabelecimento de padrões comuns de avaliação da pós-graduação. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o intercâmbio seja estendido à área cultural.

Suplicy relata ao Plenário missão no Oriente Médio

Em discurso no Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a prestar contas de sua viagem ao Oriente Médio, como convidado do embaixador de Israel no Brasil, para participar, com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), de um seminário organizado pelo governo israelense para parlamentares latino-americanos. Suplicy leu carta-relatório que lhe foi enviada, a pedido, pelo embaixador brasileiro em Israel, Sérgio Moreira Lima.

A visita de Suplicy e Suassuna ocorreu entre os dias 14 e 16 de julho. No mesmo dia da chegada, Suplicy visitou o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, e só não foi recebido pelo primeiro-ministro Abu Mazen porque ele

estava em encontro preparatório para a reunião de cúpula da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

O embaixador relata os encontros de Suplicy e Suassuna com autoridades palestinas e de Israel e menciona a carta enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos primeiros-ministros da Palestina, Abu Mazen, e de Israel, Ariel Sharon, com uma mensagem de paz, e "com a menção de que há no Brasil fortes comunidades judaicas e árabes".



Suplicy levou carta de Lula a autoridades